



DECLARAÇÃO DE LUANDA

Por ocasião do seu XI Encontro realizado no Auditório do Palácio de Justiça da República de Angola, de 8 a 11 de Julho de 2013, os Procuradores-Gerais da República dos Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP;

Congratulando-se, com júbilo, com a participação pela primeira vez e como Membro Observador, do Representante do Ministério Público da Região Administrativa Especial de Macau;

Acolhendo com satisfação a escolha e apresentação dos temas relacionados com o reforço da cooperação judiciária entre as Procuradorias-Gerais da CPLP, o segredo de justiça e o acesso ao processo, a liberdade de imprensa e influência da investigação jornalística na investigação criminal;

Considerando que o Encontro de Procuradores-Gerais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa se configura como um fórum privilegiado de discussão e de troca de experiências com vista ao aprofundamento das relações institucionais e da cooperação jurídica internacional entre os membros da Comunidade;

Conscientes dos desafios resultantes do crescente fluxo de circulação de cidadãos entre os países que integram a CPLP;

Declararam:

- 1- Subscrever o Memorando de Entendimento entre as Procuradorias-Gerais da República da CPLP, consubstanciando os laços de identidade histórica da Comunidade Judiciária dos Países de Língua Portuguesa e o excelente relacionamento existente entre todas as Procuradorias-Gerais da República da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

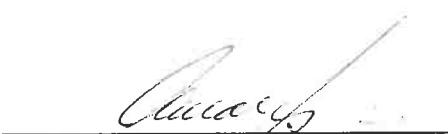
A cluster of handwritten signatures in blue ink, likely belonging to the signatories of the declaration. The signatures are somewhat stylized and overlapping, making individual names difficult to decipher. There are approximately five distinct signatures visible.

- 2- Expressar todo o seu empenho no reforço da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária Internacional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa já existente, manifestando desde já toda a sua disponibilidade para uma participação mais activa das Procuradorias-Gerais da República, no sentido de melhorar a eficácia do funcionamento da referida rede;
- 3- Reiterar a manifestação constante da Declaração de Brasília de 27 de Maio de 2011, traduzindo o anseio de que, de facto e tal como previsto, todas as Procuradorias-Gerais dos seus respectivos Estados sejam efectiva e prontamente designadas Autoridades Centrais para a Convenção de Auxílio Judiciário em Matéria Penal entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- 4- Enfatizar o pedido constante da Declaração do Rio de Janeiro de 24 de Junho de 2010, dirigido ao Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no sentido de solicitar a adesão institucional dos Encontros de Procuradores-Gerais da República à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP.
- 5- Manter informado o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa sobre a actividade dos Encontros dos Procuradores-Gerais da República da CPLP, mediante o envio de toda a informação e documentação consideradas relevantes.
- 6- Deliberar que os Procuradores-Gerais da República que cessem as respectivas funções participarão como convidados de honra no Encontro de Procuradores-Gerais da República da CPLP subsequente.
- 7- Designar que o próximo Encontro de Procuradores-Gerais da República da CPLP será realizado no ano de 2014 na República de Cabo-Verde, em data a indicar.

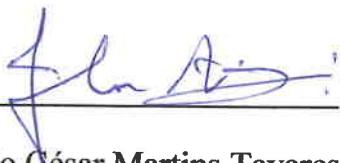
Luanda, 11 de Julho de 2013

João Maria Moreira de Sousa

João Maria Moreira de Sousa
(Procurador-Geral da República de Angola)


Roberto Monteiro Gurgel Santos

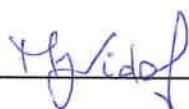
(Procurador-Geral da República Federativa do Brasil)
Representado por Alcides Martins
(SubProcurador- Geral da República Federativa do Brasil)



Júlio César Martins Tavares
(Procurador-Geral da República de Cabo-Verde)



Augusto Raúl Paulino
(Procurador-Geral da República de Moçambique)



Maria Joana Marques Vidal
(Procuradora-Geral da República Portuguesa)



Frederique Samba Viegas de Abreu
(Procurador-Geral da República de S. Tomé e Príncipe)



José da Costa Ximenes
(Procurador-Geral da República Democrática de Timor-Leste)

